



Relações de poder

A maioria da população brasileira hoje defende a idéia de que para ser político é preciso ser ladrão e corrupto. Que as pessoas honestas não entram na política. Observem amigos leitores, que esta forma de pensar beneficia apenas aqueles que estão no poder e querem se perpetuar nele. Em Mato Grosso do Sul, fazer política não é mais uma ciência, está se tornando uma profissão. Alguns estão no poder a tanto tempo que não sabem fazer outra coisa. A cada dois anos surgem idéias mirabolantes para melhorar todo o sistema.

Não podemos esquecer que nossas relações são relações de poder e por este motivo, todo cidadão faz política mesmo que não queira. Não estou falando aqui de política partidária, mas das ações que todos temos no dia-a-dia e que direta ou indiretamente influenciam nas estruturas maiores de poder. É importante ressaltar que se alguém é corrupto nas pequenas coisas também será nas grandes.

Esta edição do Jornal Em Foco é resultado das discussões feitas durante a disciplina de Ciência Política no 7º semestre do curso de Jornalismo da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Defendemos a idéia de que a corrupção deve ser tratada como uma doença. Desta forma seria fácil perceber que somos uma nação doente. Isso quem sabe permitiria alguma estratégia de saúde coletiva. Se ainda assim não conseguissemos mudar, restaria ainda a possibilidade de algumas medidas extremas de saúde coletiva.



Em Foco – Jornal laboratório do curso de Jornalismo da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Ano VIII - nº 132 – Maio de 2010 - Tiragem 3.000

Obs.: As matérias publicadas neste veículo de comunicação não representam o pensamento da Instituição e são de responsabilidade de seus autores.

Chanceler: Pe. Lauro Takaki Shinohara
Reitor: Pe. José Marinoni

Pró-reitoria de Ensino e Desenvolvimento: Conceição Aparecida Butera
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: Hemerson Pistori
Pró-reitoria Extensão e Assuntos Comunitários: Luciane Pinho de

Artigo

Sonho de uma noite de verão

Caroline Maldonado

Votar é uma das tarefas mais desanimadoras para maioria dos brasileiros, em especial para jovens que cresceram assistindo as frustrações de seus pais em relação à política. Meus pais votam há pelo menos 40 anos, e os seus? Alguma vez eles conseguiram ao menos eleger um parlamentar que teve um bom projeto aprovado e devidamente executado trazendo benefício para sua família? Se você respondeu sim, você deve ter um tanto a mais de entusiasmo ao votar, pois minha resposta seria não.

Para piorar, o voto no Brasil é obrigatório, diferente da quase totalidade dos países da América Latina e Europa. Na Índia, Japão e América do Norte o voto é facultativo. Na América Latina, apenas o Chile mantém a obrigatoriedade do voto. Na Europa só é obrigatório na Grécia, Austrália e Bélgica.

Certamente seria menos desanimador votar se escolhêssemos os candidatos à partir de suas propostas e intenções. Cobrar dos eleitos também é um direito que a maioria das pessoas não exerce. Penso,

que por estarem ocupados demais no trabalho para pagar tributos.

Já cheguei a acreditar que avaliar os projetos dos parlamentares fosse uma alternativa para não votar nulo como fiz nas últimas eleições. Afinal tudo começa no legislativo.

Todas as leis que nos beneficiam ou atormentam durante toda a vida são de autoria de deputados. Mas você já ouviu falar no voto? De que adianta seguir os “bons conselhos” de cidadania de avaliar propostas e eleger um político em que confiamos se o sistema político brasileiro é um poço de manobras que atrasam em décadas ou impedem a ação de um político bem intencionado.

Como exemplo, temos o senador Cristovam Buarque que aguarda a avaliação de um de seus projetos. Ele propõe que políticos eleitos – vereadores, prefeitos, deputados, senadores e até o presidente – fiquem obrigados a matricular seus filhos em escolas públicas. Caso contrário, perderão seu mandato. A ideia é boa. No Reino Unido e na Cingapura um político que matricular seu filho no ensino privado sai nos jornais e tem de se desculpar publicamente para não perder seu mandato, além de trans-

ferir o filho para escola pública.

Se assim fosse no Brasil, a educação pública mudaria da água para o vinho em dois tempos. No entanto, eu pergunto: algum político vai aprovar esse projeto?

Cristovam Buarque está de parabéns por mais uma boa proposta na área da educação, mas penso que, infelizmente, ele pode esperar sentado por uma aprovação e, como avaliou o cientista político Eron Brum, “esse projeto é sonho de uma noite de verão e o lúcido senador o sabe”. Isso, porque o sistema político brasileiro é falho e dá margem para impunidades, conchavos, desvio de dinheiro público e outras variadas e criativas arbitrariedades.

A forma como a política vem sendo feita no Brasil jamais vai permitir uma reforma na educação, algo que alavancaria mudanças em todas as outras áreas, inclusive, na própria política. Afinal de contas, com uma boa educação o povo jamais permitiria que o obrigasse a votar em um sistema que simula sua própria cidadania, ou seja, é uma farsa.

Não sou ignorante ou irresponsável ao anular o meu voto. Na verdade, o considero tão valioso que vou refletir um pouco mais antes de garantir um salário absurdo à alguém que não pode, de fato, cumprir suas promessas e, muitas vezes nem objetiva cumprir, mas apenas busca um lugar ao sol.

Portanto, quando assistir à propagandas de incentivo ao voto durante as eleições não se sinta culpado por não fazer parte do percentual que elegeu homens que dão continuidade, “aperfeiçoando” um sistema falido de governo, no qual seus pais, você, seus filhos e netos sempre serão massa de manobra, ou seja, conduzidos por uma ideologia dominante, se anulando enquanto ser histórico e protagonista.

Errata

O título da página 07 divulgado na edição N° 131 de maio de 2010 onde se lê - “Basquete muda a vida de crianças em Campo Grande”, leia-se: “Basquete muda a vida de crianças em São Gabriel”.

EXPEDIENTE

Almeida

Pró-reitoria de Pastoral: Pe. Pedro Pereira Borges
Pró-reitoria de Administração: Ir. Raffaele Lochi.

Coordenador do curso de Jornalismo: Oswaldo Ribeiro

Jornalistas responsáveis: Jacir Alfonso Zanatta DRT-MS 108, Inara Silva DRT-MS 83 e Robson Moreira DRT-MS 64

Revisão: Inara Silva, Jacir Zanatta, Edeusa Centurião e Valeska Medeiros.

Edição: Jacir Zanatta e Robson Moreira

Repórteres: Caroline Maldonado, Viviane Oliveira, Gabriela Paniago, Laura Santi, Paula Maciulevicius, Leonardo Amorim, Paula Vitorino, Valeska Medeiros, Tatyane Santinoni.

Thierre Monaco, Teresa Barros e Edeusa Centurião.

Projeto Gráfico, diagramação, capa e tratamento de imagens:
 Designer - Maria Helena Benites

Impressão: Jornal A Crítica

Em Foco - Av. Tamandaré, 6000 B, Jardim Seminário, Campo Grande - MS.
 Cep: 79117900 - Caixa Postal: 100 - Tel: (067) 3312-3735

EmFoco On-line: www.emfoco.com.br

E-mail: pauta@ucdb.br emfoco.online@yahoo.com.br

Os candidatos prometem melhorar a educação, transporte, saúde e segurança, mas após a eleição tudo continua a igual

NO LUGAR de líderes temos CACIQUES

Professor Eron Brum é jornalista e consultor político, Mestre e Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular aposentado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) é autor do livro Política, o Palco da Simulação. Em entrevista ao jornal Em Foco, Eron Brum afirma que a forma de fazer política em Mato Grosso do Sul é retrógrada, esclerosada, ultrapassada e jurássica.

Viviane Oliveira

Em Foco: Qual o panorama que o senhor faz da política do Estado?

Eron Brum: A política de Mato Grosso do Sul é impregnada dos vícios históricos do nosso sistema político. O ranço do coronelismo ainda permanece firme e forte. No lugar de líder, temos caciques. Talvez seja a forte herança da economia agropecuária, mas o curioso é que a agropecuária do Estado evoluiu e, a política, parou no tempo. Aqui a figura do líder, ou melhor, do cacique, que comanda o seu feudo com mão-de-ferro, ainda é a grande referência. O cacique manda, os súditos obedecem. Era assim quando nasceu o nosso sistema político há 173 anos, com a criação dos dois primeiros partidos políticos, Liberal e Conservador. Mato Grosso do Sul ainda não rompeu essa barreira.

Em Foco: Como o senhor avalia a forma de fazer política em Mato Grosso do Sul?

Eron Brum: Hoje temos dois personagens dando as cartas para as próximas eleições: o ex-governador José Orcírio, o Zeca do PT, e o governador André Pucinelli, PMDB. Do lado do PT apenas uma liderança expressiva consegue navegar com luz própria, o senador Delcídio do Amaral. Do outro lado Nelson Trad, prefeito de Campo Grande, e Simone Tebet, prefeita licenciada de Três Lagoas, ensaiam seus vôos solo às duras penas. É um fazer político de forma retrógrada, esclerosada, ultrapassada e jurássica.

Em Foco: Qual é a sua opinião sobre os partidos que são tradicionalmente de

direita e que se aliaram com os de esquerda, ou vice versa. Como por exemplo a possibilidade dos democratas se aliarem com o Partido dos Trabalhadores.

Eron Brum: Nós praticamente não temos partidos políticos e, sim, siglas. Pior: siglas de aluguel. Quem imaginaria um dia o ex-presidente Fernando Collor de Melo de mãos dadas com o presidente Luís Ignácio Lula da Silva? Falta ideologia, ou uma palavra mais suave, ideal. Os programas dos partidos, da extrema esquerda à extrema direita, são muito semelhantes. O idealismo foi varrido pela máxima “é dando que se recebe”. É isso que norteia as siglas. A cada eleição pende para o lado que oferecer melhores “condições”. E assim caminha nosso corrupto sistema político eleitoral.

Em Foco: Professor qual é a sua opinião sobre a reforma política? E quais são as principais alterações que ela provocaria na política nacional e qual a base da reforma política?

Eron Brum: Há um projeto de reforma política circulando pelas gavetas do Congresso há quase duas décadas. Por incrível que pareça é um projeto avançado. Ele prevê, por exemplo, o voto distrital misto, a verticalização nas alianças partidárias, o financiamento público das campanhas eleitorais, a fidelidade partidária. São medidas profiláticas que contribuiriam muito para a assepsia da nossa desacreditada e doente política.

Em Foco: O que a reforma política provocaria em nível regional?

Eron Brum: Se um dia a reforma políti-



Ranço - A política do Estado continua impregnada pelos vícios históricos

ca for tirada da gaveta, teríamos pela primeira vez, desde o nascença do nosso sistema político, em 1837, uma República autêntica. Aí o PMDB, o PT, PSDB e as outras dezenas de siglas se transformariam em partidos nacionais. Poucos sobreviveriam, é claro, mas teriam a mesma cara no Acre, no Amazonas, em São Paulo e em Mato Grosso do Sul. Então, os caciques seriam varridos do mapa, com todo o respeito para os verdadeiros caciques das tribos indígenas, os quais recuperariam a dignidade do posto.

Em Foco: Como explicar o que pode acontecer na eleição presidencial a partir dos candidatos que estão começando a se apresentar para o povo brasileiro (Dilma, Serra, etc.)?

Eron Brum: A nossa campanha eleitoral será igual a todas as outras do passado. Muita denúncia e pouco aprofundamento nas propostas de governo. Todos vão prometer melhorar a educação, o transporte, a saúde, a segurança e por aí afora. Mas tem o outro lado da moeda: o eleitor. A tradição mostra o distanciamento do eleitor da política, a quase apatia, a indecisão do voto, a falta de militância. O eleitor é tão culpado quanto a classe política. Afinal, não é ele o responsável pela eternização do nosso tão criticado sistema político?

Em Foco: Qual análise o senhor faz, do Governo Lula e do político Lula, que

normalmente tem uma popularidade muito alta?

Eron Brum: O Governo Lula andou cambaleando no primeiro mandato e acertou o passo no segundo. É inegável o avanço social do país nesses oito anos que estão chegando ao fim. A sua equipe econômica, especialmente, manteve o que de melhor existiu no Governo Fernando Henrique, a estabilidade patrocinada pelo Real. O seu mérito maior foi a habilidade para negociar com a classe produtora o que resultou, de forma imediata, ganhos reais para os segmentos sociais menos privilegiados. A equação deu certo e seu governo acalmou produtores da agricultura, da pecuária, industriais, banqueiros e comerciantes. Como ele, o presidente Lula, repetiu sempre, “o pobre está comendo mais”. E poderia bem acrescentar: “e o produtor está ganhando mais”. Outro grande mérito do presidente Lula: isolar-se dos muitos escândalos que envolveram seu governo. As flechas disparadas pelo Mensalão, Operação Sanguessuga, Valerioduto e outros desmandos menos visíveis passaram ao longe, nem vento fizeram nos cabelos e na barba do Presidente. Fez por merecer o título conferido pelo presidente norte-americano ao afagar seu Ego: “É o cara”.

Urna eletrônica ganha credibilidade e facilita apuração

Digitalização Agiliza eleições

Gabriela Paniago

O arquivamento dos votos por meio do registro digital foi implantado em 1996 com o objetivo de substituir o voto impresso. Além de maior segurança e credibilidade no processo eleitoral, a urna eletrônica permitiu mais agilidade na apuração do resultado. Em Campo Grande e nos municípios de Corumbá, Dourados e Três Lagoas, a novidade chegou em 1998. Em 2000, todos os municípios do Estado passaram a utilizar a urna eletrônica.

Mais suscetível às falhas e com apuração lenta, as cédulas

de votação foram deixadas de lado. Para isso, foram necessários estudos dirigidos para automação do processo, obedecendo as regras jurídicas existentes. A urna eletrônica foi criada de maneira que não haja possibilidade de identificação do eleitor. À medida em que os votos são registrados, os mesmos são depositados aleatoriamente na urna eletrônica, impedindo qualquer identificação do eleitor.

De acordo com o coordenador de cadastro e logística de eleições do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS), Antonio Mendes Barata, no início a mudança no processo eleitoral teve pouca receptividade. Eleitores menos instruídos apresentavam dificuldades e receio de participar da votação, por isso, foi realizado um trabalho inten-



Urna - Voto eletrônico foi implantado em 1996 e não permite identificação do eleitor

so de divulgação.

Valéria Patrice Oliveira Belo é formada em Letras e explica que votou durante sete anos por meio da cédula de papel. Ela aprovou a inovação com a urna eletrônica assim que a mesma surgiu no Estado. “O único receio que ti-

nha no começo, era a incerteza se podia corrigir um voto, caso apertasse o botão errado. Logo na primeira eleição, minha insegurança foi solucionada”, comenta Valéria Patrice.

Quem não conhece a votação manual, defende que o voto digital é mais prático e eficaz. Equivalente à cédula de papel, a digital é armazenada em mídia magnética e não há dúvidas quanto ao sigilo, pois em propagandas, é informado claramente que o arquivo de armazenamento é criptografado. “Sempre vi na televisão explicações de como votar, por isso, não tive dificuldades em relação ao manuseio da urna no momento da eleição. É muito simples!”, comenta o educador físico, Lucas Lopes, de 23 anos, que teve seu primeiro voto já na urna eletrônica.

O sistema digital precisa ser aprimorado a cada dia para conservar sua eficiência. A cada eleição é lançada uma nova versão de urna eletrônica. Nas Eleições Municipais de 2008 foi implementado em Fátima do Sul um projeto-piloto para a urna biométrica. Esse tipo de urna tem mecanismos para a identificação da impressão digital do eleitor. Mas, devido ao alto custo de aquisição dos equipamentos, a nova sistemática será adotada de forma gradativa.

De acordo com o coordenador de cadastro e logística de eleições do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS), Antonio Mendes Barata, a eleição de 2010 receberá novo dispositivo de armazenamento de resultados que terá o nome de memória de resultados (MR). “Este dispositivo irá substituir o disquete para gravação dos votos e será similar ao dispositivo ‘pen-drive’ usado atualmente, mas com características personalizadas para a utilização pela Justiça Eleitoral”, acrescenta o coordenador.

Maturidade eleitoral vem com o compromisso social

Laura Santi

Uma pessoa começa a participar da política logo ao nascer. Porém, o compromisso com a sociedade (maioridade), só vem aos 18 anos, idade que o jovem é considerado maduro perante a lei e assume obrigações e responsabilidades. O primeiro voto é uma das obrigações que o jovem assume antes de completar os 18 anos, com o voto facultativo aos 16 anos. É a partir deste momento que ele ajuda a escolher o melhor para a sociedade que vive. Nas eleições deste ano, muitos jovens vão votar pela primeira vez.

Mariana Marchezan, 19 anos, vai ajudar a escolher o presidente da república, senadores, deputados federais e estaduais pela primeira vez. A jovem conta que sua opinião sobre os candidatos está baseada no que passa pela televisão e nas conversas com familiares.

Mas afirma que seu voto pode sim ter influências de sua mãe, por indicar e acreditar que determinado candidato seja a melhor opção, já que não tem experiência com esta responsabilidade.

Outra jovem que vivencia a mesma situação é Dandara Codorniz Medeiros, 18 anos. “Eu tento saber a opinião de outras pessoas para conhecer e tentar entender o pensamento dos candidatos”, conta Dandara, que ainda têm dúvidas sobre em quem votar. Sobre o voto eletrônico, a jo-

vem comenta que já fez o teste durante uma atividade escolar.

Mariana Marchezan acredita que “é importante, que os jovens se preocupem com a cidade, o estado e o país onde moram, buscando sempre a melhoria na qualidade de vida e a necessidade do povo”. É importante ressaltar que no caso destas duas jovens, o voto já é obrigatório. Para as eleições que vão acontecer em outubro deste ano, o prazo para tirar o Título de Eleitor encerrou no dia 5 de maio.

O título é feito no Cartório Eleitoral, e é preciso apresentar documentos de identidade e comprovante de residência. Para os homens também é preciso estar em dia com as obrigações do serviço militar.

Foto: Internet





Calculismo - Ciência do bem comum acabou se tornando cada vez mais distante do povo

Esperteza

Partidos utilizam as coligações para ganhar vagas

COLIGAÇÃO, a estratégia na POLÍTICA

Paula Maciulevicius

A política surgiu na Grécia Antiga, como “arte de governar”, definida como ciência do bem comum. Os anos passaram e vários cargos foram criados e o distanciamento entre povo e governo ficou mais evidente. A prova disso pode ser calculada no período das eleições. As contas para alguém se eleger são complicada e revela no fim que o resultado é o mesmo, números que não passam de estratégias eleitorais de grandes partidos.

De acordo com o coordenador de eleições do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Antônio Barata, quanto maior o número de filiações num partido, maior será a sua representatividade. “A coligação então acaba facilitando, pois quanto maior for essa representatividade, maior será a chance de ocupar cadeiras”, explica.

E é a partir de coligações que são formadas as competências políticas entre grandes partidos e os “nanicos”. Quando partidos majoritários se aproveitam de alianças para aumentar o número de vagas a serem ocupadas.

Troca-troca

Nas eleições de 2006, para deputado estadual, apenas cinco partidos lançaram can-

didatura individual. Enquanto os 21 restantes foram para as eleições coligados. A maior coligação da época foi montada pelo candidato a governador, André Puccinelli, denominada “Amor, Trabalho e Fé” e era formada pelo PMDB, PFL e PSDB. Eles conseguiram mais de 464 mil votos e tiveram o direito de ocupar nove cadeiras na Assembleia Legislativa. A segunda maior coligação foi composta por partidos menores, como PSC, PPS, PAN, PRTB, PMN e PT do B. Eles conseguiram eleger dois deputados, Professor Rinaldo e Márcio Fernandes, ambos pelo PRTB.

Mas, nas eleições deste ano, eles devem sair pelo PT do B. Márcio Fernandes ficou no partido em que foi eleito até janeiro de 2007, quando então se filiou ao PSDB. Posteriormente, depois de “discussões e um embate político” com a senadora Marisa Serrano, ele acabou se filiando, em setembro de 2009 ao PT do B.

Agora Márcio Fernandes diz ter encontrado o partido certo. “Me identifico com a ideologia do PT do B, e junto ao vereador Flávio César, líder do prefeito, vamos fortalecer o partido e trabalhar”, comenta. Mas em relação ao “passeio” entre partidos, e o embate com Marisa Serrano ele prefere não comentar. “Isso é coisa do passado, aconteceu...” responde esquivando-se.

Coligações

As coligações funcionam como forças auxiliares para a eleição de determinados candidatos. “No campo prático, o trabalho do candidato formiguinha, embora teoricamente inexpressivo, acaba trazendo votos, e juntando-se aos demais, influenciando na votação final”, explica o comentarista político Manoel Afonso. A coligação partidária é encabeçada por políticos maiores que veem em “personagens” da sociedade segmentos que vão desde presidentes de bairro, a professores, dentistas, médicos veterinários que podem trazer votos representativos destas classes. “A perspectiva do partido é trabalhar coligado com outros nove para elegermos mais representantes”, completa o deputado Márcio Fernandes.

Estratégias

Trabalhar a candidatura dos “anônimos” não se restringe apenas entre partidos de renome e os pequenos. Deputados como Márcio Fernandes e o vereador Flávio César saíram das “asas” de André Puccinelli. Apadrinhados por ele, ambos foram eleitos e coincidentemente estão no

mesmo partido. “Tudo é planejado, calculado, bolado. Os grandes querem sangue novo, não querem os viçados politicamente”, ressalta Manoel Afonso.

E as estratégias de eleição casam com a condição política do brasileiro. A massa representativa não vê prioridade no voto. “Ele vota com a memória de quem ele lembra e quem faz algo para ele agora no presente. Esse eleitor não vota pensando num futuro, num plano de aposentadoria”, explica Afonso.

Se a ideologia falta no eleitor, não se pode esperar muito dos políticos. E é definida como hipocrisia institucionalizada. Para o farmacêutico Tonzé Paniago, o uso dos partidos pequenos não passa de estratégia baseada em maquiagem semântica. “A ideologia desse partido pequeno é importante para a construção do governo. E do outro lado, os ‘nanicos’ dizem que é a chance de crescimento do partido”, desabafa Tonzé.

PODER

Época de aventura

Leonardo Amorim

Em todas as eleições milhares de pessoas se aventuram em busca da vida política. Presidentes de bairro, líderes de movimentos sociais, médicos e advogados filiam-se a algum partido “nanico”. Eles põem o rosto em “santinhos”, gastam dinheiro e no fim da eleição precisam se consolar com uma colocação insignificante. Fica a pergunta: por que tantos partidos políticos no Brasil? Será que existe tanta diversidade de idéias assim?

Para o sociólogo Paulo Cabral, o verdadeiro sentido destes partidos é assegurar a voz da minoria. A questão da pluralidade de idéias é histórica, visa interesse e está presente desde a época do império. “Certa vez, em uma pesquisa, tive acesso a uma representação, onde Liberais, Conservadores e Republicanos votaram a favor da escravidão”, contou.

Como escreve Octavio Ianni, em “Copaldo do populismo no Brasil”, parte dessa diversidade se dá pelo privilégio aos cargos executivos, tanto que quase ninguém lembra em quem votou nas últimas eleições. “A realidade partidária brasileira é frágil, pois valoriza projetos pessoais ao invés de partidário, até porque os partidos não pensam”, comentou o sociólogo.

O povo brasileiro acredita que todos têm direito de tentar a vida política, se tiver prestígio entra, senão espera e se candidata na eleição seguinte. A empregada doméstica Elizete Gouveia, 38 anos,

acredita que estes pequenos candidatos possam resolver o problema da corrupção. “Eles são como nós, estão vendo essas sacanagens que os políticos fazem, querem entrar para mudar”, avaliou a trabalhadora. O arquiteto Jonas Quadros, 27 anos, pensa de forma diferente. “Quem busca estes partidos pequenos sonha em ter vida boa de político, ganham muito, não fazem nada e ainda levam fama. Está difícil votar hoje em dia”, opinou indignado.

Parte da indignação de Jonas se dá pela inconsistência, não só dos partidos “nanicos”, mas também dos ditos grandes. Quadros acredita que o brasileiro se acomoda e cita o aluguel de legendas partidárias.

Coligações partidárias são presentes em todas as eleições se contradizem com a idéia de partidos. Existem vários partidos porque as ideias são divergentes, porém quando há a junção tudo parte do zero e vira um jogo de interesses. Paulo Cabral acredita que a pluralidade de idéias pode ser positiva em sua essência, mas o fato de existir distorção no modelo não o invalida. “Não é porque tem gente fazendo errado que quem vai entrar não pode mudar”, defende o sociólogo.

Fidelidade partidária fortalece a representatividade do sistema eleitoral brasileiro e a ideologia partidária

Fortalecimento partidário gera transparência

Paula Vitorino

Faltando três meses para as eleições de 2010, um ideal mais do que nunca é discutido e buscado pelos brasileiros: política séria e transparente. Apoiado nesse argumento, a fidelidade partidária é mais um avanço do poder judiciário na busca de uma política com bases concretas. “Os ganhos que a população têm com a fidelidade partidária são o fortalecimento da representatividade do sistema eleitoral brasileiro, bem como das instituições partidárias e dos princípios políticos e ideológicos de seus candidatos. O eleitor pode ter maior confiança de que o candidato em que vota representa de fato o ideal político do partido que integra, e pelo qual se elege”, esclarece o Procurador Eleitoral Pedro Paulo Grubits Gonçalves de Oliveira.

Para o procurador, a fidelidade partidária, em amplo sentido, consiste na adesão de uma pessoa a um partido político, e consequentemente à sua filosofia, concepção de sociedade e dos métodos, caminhos



Foto: www.dnt.adv.br

Série da d - Fidelidade partidária contribui para transparência no processo eleitoral

e meios para realizar suas idéias. Sendo assim, a infidelidade partidária seria o ato político de não respeitar as diretrizes da agremiação ou o ato de abandono do partido sem justificativa.

O princípio da fidelidade partidária já constava em alguns pontos da legislação brasileira. De acordo com o procurador, o art. 17 da Constituição Federal defende que os estatutos dos partidos poderem estabelecer nor-

mas de fidelidade e disciplina partidária. Mas a justiça brasileira entendia que era inviável a perda do cargo eletivo em virtude de tal ato. Só em outubro de 2007, com a resolução nº. 22.610 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é que essa medida foi incluída nas leis, estabelecendo o processo de perda do cargo eletivo e a justificação de desfiliação partidária.

Com isso, o parlamentar que se desfiliar do partido pelo qual se ele-

geu sem justa causa pode perder o mandato se o juiz considerar que esse pertence ao partido. “De modo geral, a resolução tem sido bem aplicada, seja para decretar a perda do mandato eletivo, seja para reconhecer a justificação do parlamentar que se desfiliou”, defende o procurador.

Atualmente tramita no Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MS) o processo de cassação de mandato por infidelidade partidária movido pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), contra os deputados estaduais Ary Rigo (PSDB) e Onevan de Matos (PSDB). De acordo com a assessoria dos deputados, eles não irão se pronunciar sobre o assunto até que saia o resultado do julgamento.

Na notificação de desfiliação partidária, redigida em 30 de setembro de 2009, e entregue às lideranças do PDT e ao TRE/MS, pelos deputados Onevan de Matos e Ary Rigo, são detalhadas diversas situações e articulações políticas envolvendo as lideranças do PDT em Brasília e em Mato Grosso do Sul sobre qual base governista seria apoiada no Estado e que teriam desencadeado o atrito entre os deputados e o partido. O processo de infidelidade partidária, movido pelo PDT, corre desde outubro de 2009 na Justiça.

Brasil possui avançado sistema eleitoral

Valeska Medeiros

Considerado um dos mais avançados sistemas eleitorais do mundo, o Brasil conquistou esse lugar de destaque após anos de investimentos. E toda essa tecnologia tem contribuído para a fiscalização nas eleições. Este ano o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou uma resolução que dá direito ao acesso dos softwares e assinaturas digitais do sistema eleitoral aos fiscais dos partidos políticos, à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ao Ministério Público, para que eles tenham maior inspeção do processo eletrônico de votação das Eleições 2010.

Segundo o ministro e presidente TSE Arnaldo Versiani, a tecnolo-

gia utilizada nas eleições só tem contribuído para a eficiência e transparência no processo eleitoral. “A urna eletrônica não é uma inimiga. Ela é amiga, veio auxiliar e propiciar que as eleições sejam apuradas da maneira mais transparente, mais rápida e mais fidedigna possível com a vontade do eleitor”, comentou por meio da assessoria de imprensa.

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) junto com a Polícia Federal e a Procuradoria Regional Eleitoral, vão atuar contra os crimes eleitorais como a compra de votos através do oferecimento de donativos, a realização de showmícios para atrair a população e a distribuição de brindes, como camisetas, bonés, entre outros. O vendedor Djalma Ferreira Arruda, de 45 anos, defende que o uso

de materiais como as camisetas para as pessoas que trabalham para as coligações é de extrema importância, mas a distribuição de brindes pode induzir o eleitor. “Por exemplo, se você tem o seu candidato não vai ser o brinde que vai mudar a sua opinião, mas para quem não tem formação de opinião pode se tornar uma compra de voto”, explica.

As punições para os crimes eleitorais variam desde multa para os crimes de compra de voto, até reclusão de quatro a seis anos para atos que prejudicam ou atrapalham o andamento das eleições, como é o caso da “Boca de urna”. De acordo com a Assessoria de comunicação do TRE-MS a partir de julho, início das propagandas eleitorais, será disponibilizada para toda a população um disque denúncia para os crimes eleitorais.



Eleitor - Urna eletrônica não é inimiga

Sistema político busca cooperação entre os três poderes

Harmonia: utopia política

Tatyane Santinoni

Este ano tem eleição, tempo de decidir quem será o novo Presidente do Brasil, é hora importante para conhecer mais sobre o sistema de governo brasileiro. Desde a Proclamação da República, em 1889, o Brasil adota o regime presidencialista que caminha junto com os três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Toda a administração do país gira em torno da harmonia entre estes poderes. Existe ainda outro sistema de governo, o parlamentarismo – em vigor nos países britânicos e europeus.

Para o cientista político e professor assistente em Ciência Política da

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Daniel Estevão de Miranda, a diferença básica entre os dois sistemas de governo está na maneira utilizada para escolher o chefe do executivo. No presidencialismo, o presidente é eleito de maneira direta pelo voto popular. Estevão explica ainda que no parlamentarismo, os eleitores votam nos candidatos para o parlamento e o partido que obtiver a maioria ganha o direito de indicar o chefe do executivo (chamado de primeir-ministro). Ele ressalta que tanto um como outro devem trabalhar em harmonia com os três poderes. Para o professor, no sistema parlamentarista a separação dos poderes é mais bran-

da do que no presidencialismo.

Cientista político e doutor em sociologia, David Victor-Emmanuel Tauro, explica que no parlamentarismo o presidente ou monarca possui poderes menores que no presidencialismo. “Em se tratando de sistema de governo, existem três tipos de executivo real: monarquia, o parlamentarismo e o presidencialismo”, explica.

Daniel Estevão comenta que tanto o presidencialismo como o parlamentarismo podem ser considerados democráticos se as pessoas levarem em conta a participação. “É importante observar que democracia não é algo unânime. O que diferencia um sistema do outro é a dinâmica da relação entre os poderes”, defende Estevão.

O professor explica que no caso do parlamentarismo, o executivo é um reflexo do parlamento, dessa forma existe uma afinidade maior entre estes dois poderes. No presidencialismo, por outro lado, pode acontecer do partido que vencer as eleições para presidente ser diferente do partido que é majoritário no Congresso.

Estevão defende ainda que não há um sistema de governo perfeito. Para o professor, o sistema presidencialista brasileiro possui vários problemas, mesmo não considerando que a raiz esteja no sistema de governo.

“No Brasil, o problema está no fato



David - Cientista político

de que o modelo representativo proporcional não é muito eficiente. As eleições do Legislativo tendem a promover o multipartidarismo”, explica Estevão. Ele lembra ainda que os presidentes eleitos nunca tiveram uma bancada majoritária no Congresso e por isso, são obrigados a fazer alianças gerando instabilidade nas relações partidárias. “Com bem menos partidos, o Brasil conseguiria atingir resultados melhores do ponto de vista político”, finaliza.

Wilson Martins integra história política de MS

Thierre Mônaco

Manhã de quarta, aproximadamente às 11h, quase perto do almoço e esperando na sala, um simpático senhor me convida para entrar. Entro com muita expectativa e finalmente conheço um dos maiores expoentes da política de Mato Grosso do Sul. Com 92 anos de idade, Wilson Barbosa Martins me convida a sentar e conta um pouco da sua história política e da sua relação com o Estado de Mato Grosso do Sul.

Nascido em 1917, na fazenda Vacaria, município de Campo Grande, Wilson Martins é advogado. No campo político, foi prefeito de Campo Grande em 1958, duas vezes governador do Estado, deputado federal e senador da República. “Fui prefeito num período em que eu me achava cheio de entusiasmo e realmente fiz-



Martins - Uma vida dedicada à política

mos um trabalho que mudou o perfil da velha prefeitura”, relembra. Wilson Martins explica que chegou à Câmara dos Deputados no início dos anos 60. “Era

um período em que se gritava por reformas. Eu estava em um partido conservador (UDN), mas me coloquei ao lado de reformista e fizemos a chamada bossanova dos deputados”, argumenta.

Wilson Martins também participou do contexto político do Golpe Militar de 64 e da crise causada pela renúncia de Jânio Quadros. “Nas primeiras camadas de cassações eu não fui atingido, mas em fevereiro de 1969 eles me pegaram. Perdi o mandato porque defendi cassados e critiquei os militares. Não fazia discursos bombásticos, mas sim premeditados para contrastar a onda reacionária que subia para o legislativo”, lembra.

Com o espírito revolucionário, Wilson Martins foi convidado para participar de um Congresso Internacional em Lima (Peru), onde fez um discurso em nome das oposições brasileiras. “Foi quando a minha palavra se chocou com o regime do país. Eu denunciava o processo ditatorial que invadiu a América do Sul. Por este episódio fui cassado e tive o mandato suspenso por dez anos”, explica.

Durante esse tempo, dedicou-se à advocacia. Só retornou à política no final dos anos 70, quando foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul. Wilson Martins foi o primeiro governador eleito pelo voto direto em Mato Grosso do Sul. “Fui eleito em 1982 como primeiro go-

vernador de MS, e me dei conta de que necessitávamos de recursos externos para o pagamento das dívidas existentes”, comenta. Em 1986 deixou o governo do Estado para se candidatar ao Senado da República e em 1994 venceu as eleições estaduais e voltou a assumir o governo por mais quatro anos (1995-1998).

Livro

Um pouco cansado com a entrevista e com uma leve dificuldade de se expressar, Wilson Martins fala do lançamento de seu livro: “Janela da História”. Com 379 páginas, a obra foi lançada no dia seis de maio e traz um relato que vai da infância até o auge da vida pública e política, que começou em 1950. A autobiografia conta também a sua trajetória de vida como advogado e da sua atuação política no Estado passando por importantes momentos da história do Brasil, a exemplo da Revolução Constitucionalista de 1932 e do processo de redemocratização do País na década de 1980. O livro “Janela da História” integra a série Banco de Memórias do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS).

Além de ajudar a tirar dúvida de eleitores, o trabalho dos convocados contribui para agilizar o processo eleitoral

Mesários dedicação e responsabilidade

Teresa Barros

Em todas as eleições, tanto no primeiro como no segundo turno, existem pessoas dispostas a ajudar e orientar os que estão votando. São os chamados mesários. Além deles, a Justiça Eleitoral convoca mais três pessoas para trabalhar no dia da eleição. O responsável pelo andamento é o presidente de mesa - quem tem o dever de retirar a urna um dia antes das eleições na Justiça Federal e devolver após a votação. Dois secretários, responsáveis por verificar os documentos de quem vai votar e os mesários que são encarregados de organizar as filas.

A advogada de 24 anos, Talita Baroni já trabalhou em oito eleições como voluntária e diz que sempre que puder quer conti-



Foto: César Barbosa

Civismo - Orientar e tirar dúvida dos idosos e analfabetos faz parte do trabalho

nuar contribuindo. "Gosto de política. E trabalhar nas eleições, para mim, sempre foi muito gratificante; além do bene-

fício que é ganhar um certificado que conta pontos para qualquer concurso público", explica. Segundo ela, os mesários

têm uma missão muito importante ao orientar todas as pessoas que estão com dúvida e principalmente os analfabetos e idosos.

Desvantagem

Já o pecuarista Marco Aurélio Menchon, de 34 anos, e a estudante Lívia Trajano de 19 anos, foram convocados e não possuem esse mesmo pensamento. "Não vejo nenhuma vantagem. Moro muito longe da zona eleitoral, onde atuei. Neste ano de eleição estou torcendo para não ser chamado", comenta Menchon. O pecuarista continua dizendo que nenhum dos benefícios é eficaz no seu dia a dia, já que o certificado não tem valor para ele, que é autônomo. Lívia explica que nunca seria voluntária e que só trabalhou nas eleições por ter sido convocada e não ter outra escolha. "Apesar de receber o certificado, não gostaria de voltar a trabalhar como mesária", desabafa a estudante.

Corrupção afasta os jovens da vida política

Edeusa Centurião

"Eu não gosto de política". Esta é a resposta da maioria dos jovens quando indagado sobre o que pensam da política. "Eu só vejo políticos envolvidos em roubo e desvio de dinheiro público", afirma o estudante Leandro Martins do Prado, de 20 anos. Mesma percepção tem o jovem Rafael da Silva Bezerra, de 17 anos. Segundo ele, política é um assunto diretamente ligado ao roubo e à corrupção. Mesmo assim, ele garante que vai votar, mas antes, vai procurar saber mais sobre os candidatos afinal "eles podem mudar o Brasil", defende.

Já Felipe Garcia Gomes, de 22 anos, revela que política não é um de seus assuntos favoritos. "Acho

que existe muita sacanagem no meio político. Mesmo assim, precisamos fazer a nossa parte para que as coisas possam mudar", acredita. A professora de Educação Física, Lidiane de Casia Sales Oliveira, de 25 anos, é uma das poucas que gosta de política. Ela defende a ideia de que política é coisa fundamental. "Gosto de política porque ela movimenta a sociedade que vivemos", argumenta.

Entre os jovens, ano eleitoral vem carregado de dúvida, mas sempre existe a esperança de que algo seja diferente. Mesmo sendo pessoas diferentes e não possuindo a mesma linha de pensamento, nossos entrevistados revelam que sonham com um futuro diferente para o Brasil. Rafael Bezerra sonha com um futuro de paz para o Brasil enquanto Lidiane Oliveira busca "um país mais igualitário".

